

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2009

Toyota Caetano Portugal, S.A.

INDICADORES FINANCEIROS
CONSOLIDADOS

	DEZ '09	DEZ '08	DEZ '07
VENDAS	399.124.912	535.378.134	545.529.809
CASH-FLOW BRUTO	34.278.941	25.704.051	33.053.685
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	251.383	4.146.802	2.168.472
CUSTOS COM O PESSOAL	47.897.001	50.003.086	52.182.116
INVESTIMENTO LÍQUIDO	6.653.760	7.575.069	25.941.915
VOLUME DE EMPREGO	1.943	2.110	2.102
RESULTADO LÍQUIDO COM INT MINORITARIOS	10.241.559	1.565.706	11.125.356
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT MINORITARIOS	10.379.409	1.797.793	11.525.897
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	47,26%	37,74%	42,31%

Relatório de Conselho de Administração

Introdução

Depois de um período de austera recessão a nível mundial, 2009 pautou-se por uma gradual recuperação da actividade económica, baseada fundamentalmente em políticas governamentais de incentivo à expansão. Neste sentido, e segundo dados do FMI, estima-se que em 2009 ainda possa ocorrer uma contracção da actividade económica global, de aproximadamente 0,8%, sendo de esperar para 2010 uma retoma da actividade, com um crescimento a rondar os 3,9%.

Do ponto de vista da economia portuguesa, e superando as expectativas inicialmente perspectivadas, foi possível alcançar um comportamento favorável face à média europeia, estimando-se que a contracção do crescimento económico esteja situada na ordem dos 2,7%, evoluindo para uma situação positiva em 2010, com um crescimento de aproximadamente 0,7%, segundo fonte do Banco de Portugal.

Para um enquadramento macroeconómico da economia portuguesa, sintetiza-se no painel abaixo um conjunto de indicadores, em termos comparativos:

(%)	2008	2009 (p)	2010 (p)
PIB	0,0	-2,7	0,7
Procura Interna	0,9	-2,9	0,3
Exportações	-0,4	-12,5	1,7
Importações	2,1	-10,8	0,3

(p) - projecção

Fonte: Banco de Portugal

Em termos globais, espera-se que 2010 seja um ano potenciador de crescimento económico sustentado, embora a trajectória crescente da taxa de desemprego, a menor intervenção ao nível dos incentivos estatais e uma maior restrição de concessão de crédito, possam induzir um grau de incerteza face às actuais projecções.

Sector automóvel

Relativamente ao sector automóvel, sector de actividade onde o Grupo Toyota Caetano Portugal maioritariamente actua, verificou-se, em termos europeus, uma retracção do mercado de 1,6% comparativamente com 2008, apesar do segundo semestre ter revelado um comportamento verdadeiramente favorável.

Em Portugal e no período em análise, o mercado automóvel registou uma quebra de 25,6% face a 2008, sendo o segmento das viaturas comerciais ligeiras o mais penalizado. Conforme citação da ACAP, a contracção do mercado automóvel nos

últimos anos ficou a dever-se à conjuntura de crise económica, bem como à elevada carga fiscal sobre os veículos. No entanto, a partir de Agosto de 2009, com a entrada em vigor do programa de incentivo ao abate de veículos, aquela descida veio atenuada nos veículos ligeiros de passageiros, tendo sido responsável por 25% do total das vendas neste mercado. Conforme o Orçamento de Estado para 2010, agora apresentado, parece manter-se este incentivo para o corrente ano, com novos limites de emissão de CO2. Ainda no âmbito do Orçamento de Estado, o Governo propõe um agravamento do IUC e do ISV em montantes substancialmente superiores à inflação prevista, o que pode condicionar o desejado crescimento do mercado.

Para sintetizar a actividade das empresas que compõem o perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue-se uma abordagem agregada a um conjunto de indicadores eleitos para mostrar a evolução do negócio, com o Euro como moeda de referência.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.

A Toyota Caetano Portugal, na conjuntura vivida no decorrer de 2009, registou uma quebra significativa no volume de negócios, tendo-se traduzido numa redução de 27,3%, face ao exercício anterior. No entanto, fruto de uma condução eficaz da política de despesas e adequação do stock, com natural reflexo ao nível dos custos financeiros, permitiram apurar um resultado antes de impostos de 7,4 milhões de euros, ultrapassando largamente os 4,2 milhões alcançados em 2008. Para além dos factores operacionais atrás referidos, o resultado obtido no exercício contou ainda com o reconhecimento de 2,1 milhões de euros, de carácter extraordinário, ao abrigo de programas de apoio ao investimento (POE-SIME) e ao emprego (PQE-PASA).

A marca Toyota, representada pelo Grupo, conseguiu manter a sua quota de mercado nos 6,1%, através da comercialização de 12,3 mil unidades, registando uma performance superior à do mercado, no que respeita às viaturas ligeiras de passageiros, que todavia não foi acompanhada pelo segmento de veículos comerciais ligeiros. A contribuir para a primeira situação salienta-se o lançamento de novos modelos e gerações, a par do sucesso de campanhas de promoção de vendas.

No que respeita à Lexus, marca Premium também representada pelo Grupo, registou um decréscimo de unidades vendidas de aproximadamente 15%, sendo que apenas a gama RX teve trajectória contrária, com a introdução de uma nova geração.

A actividade de máquinas industriais, graças ao lançamento de novos modelos bem como da realização de dois grandes negócios de frota, consolidou a liderança neste segmento.

No âmbito da actividade industrial desta empresa, a sua unidade fabril assistiu a quebras significativas de negócio, com especial incidência no que respeita ao peso do mercado externo. Neste sentido, a Fábrica aderiu ao Plano de Apoio ao Sector Automóvel (P.A.S.A.), em Março de 2009, aproveitando a oportunidade para reforçar a formação profissional dos colaboradores. A par desta medida, estabeleceu-se também um acordo com os colaboradores para a criação de um banco de horas, para flexibilizar o trabalho.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	405.392.814	294.821.381	-27,28%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	17.090.379	19.000.982	11,18%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	8.901.959	9.941.126	11,67%
Resultado antes de impostos	4.156.395	7.430.524	78,77%

CAETANO AUTO – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

A Caetano Auto é a empresa que assegura, no Grupo Toyota Caetano Portugal, a comercialização e reparação de viaturas das marcas Toyota e Lexus, de forma directa ou, indirectamente, através das suas participadas, Autopartner Comércio de Automóveis e Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

Ao nível do volume de negócios, a empresa registou um decréscimo de actividade, na ordem dos 16,1%, onde assumiu maior relevância a diminuição de venda de viaturas que de alguma forma foi atenuada pelo melhor desempenho das oficinas. Esta redução de actividade, todavia, não levou a um impacto penalizador no resultado de 2,6 milhões de euros, contra os 159 mil euros de 2008. A contribuir para esta situação destaca-se a renegociação de parcerias, bem como uma reestruturação interna orientada para a redução de despesa valorada em cerca de 4 milhões de euros, para além de uma adequação dos stocks.

Importa fazer referência ao investimento levado a cabo pela empresa, no montante de 13,6 milhões de euros, entre aquisições e obras de beneficiação, de modo a dignificar as marcas que representa mantendo os actuais níveis de qualidade das instalações e equipamentos, ao dispor dos seus clientes.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	286.426.647	240.446.248	-16,05%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	6.963.281	8.038.303	15,44%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	-159.741	2.651.780	1760,05%
Resultado antes de impostos	159.371	2.553.959	1502,52%

AUTO PARTNER – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Na zona do Grande Porto, a Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A., indirectamente participada pela Caetano Auto, é responsável pela comercialização e assistência de viaturas, da marca Toyota.

No seguimento da evolução registada nas empresas atrás expostas, também nesta se fez sentir uma quebra de facturação, face ao exercício de 2008, de cerca de 5,2%, não ficando o resultado imune a este desempenho, que registou um prejuízo de aproximadamente 454 mil euros.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	12.313.048	11.679.659	-5,14%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	-98.272	-330.038	-235,84%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	-326.706	-395.426	-21,03%
Resultado antes de impostos	-388.244	-453.779	-16,88%

AUTO PARTNER II – REPARADOR DE COLISÃO AUTOMÓVEL, S.A.

A Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S.A., actua como centro de colisão no Grande Porto e Bragança, sendo indirectamente participada pela Caetano Auto.

Apesar de se manter em zona de prejuízos, na ordem dos 46 mil euros, evidencia no entanto uma evolução favorável dos indicadores chave de negócio, com aumentos de produtividade assinaláveis, em associação a uma estrutura de colaboradores mais reduzida.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	5.706.531	5.650.026	-0,99%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	-71.285	194.421	372,74%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	-141.699	-34.123	75,92%
Resultado antes de impostos	-149.377	-35.895	75,97%

CAETANO RENTING, S.A.

A Caetano Renting desenvolve a sua actividade no sector de rent-a-car, dando primazia à marca Toyota, na frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga que detém.

Em 2009, a empresa registou uma quebra do volume de negócios na ordem dos 36%, numa conjuntura que a isso propiciou. Neste contexto, ao longo do ano, a frota foi sendo redimensionada de forma a adequar-se às necessidades, o que originou a sua redução. Com a alienação de frota foram geradas mais-valias de 1,6 milhões de euros que contribuíram de forma decisiva para o resultado atingido, o melhor desde a formação da empresa.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	7.913.597	5.055.698	-36,11%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	8.132.328	5.251.839	-35,42%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	1.640.904	1.114.648	-32,07%
Resultado antes de impostos	606.765	925.065	52,46%

CAETANO COMPONENTS, S.A.

A Caetano Components tem a sua actividade centralizada na produção de componentes automóveis, principalmente direccionada para o fornecimento a outras empresas do Grupo Salvador Caetano, nomeadamente a Caetanobus e Toyota Caetano Portugal. Dada a diminuição de encomendas destes dois principais clientes, a facturação apresentou uma quebra de 38,5% face ao exercício anterior. Com uma estrutura de custos predominantemente fixa, a quebra de produção levou a um resultado antes de impostos negativo em 466 mil euros, contrariando a trajectória favorável que a empresa vinha a apresentar nos últimos exercícios.

No entanto, há sinais que permitem antever uma recuperação gradativa da empresa, estando previsto para 2010 a montagem de chassis para o novo modelo de autocarro C5, a par do fabrico de bancos para o modelo Levante, que tem como principal destino o mercado do Reino Unido. Adicionalmente, espera-se o reforço da parceria já estabelecida com a Efacec.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	7.952.815	4.891.446	-38,49%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	585.108	41.627	-92,89%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	48.050	-432.374	-999,84%
Resultado antes de impostos	21.133	-448.803	-2223,71%

CABO VERDE MOTORS, S.A.

Em Cabo Verde, a Cabo Verde Motors é a empresa do Grupo responsável pela representação da marca Toyota.

Com uma economia fortemente dependente do turismo, o impacto da crise que se vive a nível mundial fez com que Cabo Verde regredisse para níveis de 2006. Desta forma, Cabo Verde Motors sofreu este efeito que se concretizou na venda de 521 viaturas, menos 38% do que em período homólogo de 2008. Esta forte redução de actividade não foi acompanhada por um aumento significativo de facturação em após venda, tendo como consequência a redução em 25% do volume de negócios.

Não obstante a empresa se pautar por um rigoroso controlo de custos a quebra de actividade que se verificou no exercício em análise, num contexto de uma estrutura adequada aos níveis de desempenho verificados nos anos precedentes, levou a que o resultado alcançado sofresse uma forte redução.

	2008	2009	Varição
Volume de negócios <i>(Vendas e Prestação de Serviços)</i>	19.303.244	14.487.454	-24,95%
E.B.I.T.D.A. operacional <i>(Resultado antes de impostos, encargos financeiros, amortizações, ajustamentos e extraordinários não operacionais)</i>	3.012.242	1.413.673	-53,07%
E.B.I.T. <i>(Resultado antes de impostos e encargos financeiros)</i>	2.003.176	826.618	-58,73%
Resultado antes de impostos	1.985.053	809.697	-59,21%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Neste exercício, em que o Grupo Toyota Caetano Portugal mantém inalterado o seu perímetro de consolidação, a redução de actividade traduz a susceptibilidade do mercado automóvel num contexto de crise económica e financeira de dimensão internacional, que só no segundo semestre começou a dar indícios de alguma recuperação.

	<i>Valores em milhares de euros</i>		
	2008	2009	Variação
Proveitos operacionais totais	561.818	438.074	-22%
Resultados Operacionais	7.997	14.485	81%
Resultado antes de impostos	3.850	14.234	270%

Em função dos proveitos operacionais totais apurados, o quadro seguinte apresenta a estrutura de custos consolidada do Grupo, no período em análise, bem como a respectiva comparação com o homólogo de 2008, no sentido de evidenciar que, num contexto de redução de actividade, o Grupo conseguiu adoptar medidas de contenção que permitiram que a estrutura não penalizasse os resultados finais.

	2008	2009
Proveitos operacionais totais	561.818	438.074
Custo Venda + Variação da produção	74,0%	70,0%
Fornecimento e serviços externos	10,5%	10,3%
Custos com Pessoal	8,9%	10,9%
Outros Custos Operacionais	0,8%	0,7%
Amortizações + Provisões	4,4%	4,7%
Encargos financeiros líquidos	0,7%	0,1%
Resultado antes imposto	0,7%	3,2%

Com uma margem de comercialização superior à obtida em 2008, o contributo de cerca de 4 milhões de euros relativos a uma reversão de custos estimados com o fundo de pensões e a redução de custos financeiros, foi possível atingir um resultado antes de imposto de 14 milhões de euros.

O Cash Flow Bruto gerado no período no montante de 34,3 milhões de euros, 7,8% dos proveitos operacionais, e que comparam com os 25,7 milhões conseguidos em 2008, conjuntamente com a redução de Existências e Clientes, permitiram, a realização de um investimento líquido de 12 milhões de euros, bem como a diminuição dos empréstimos bancários em 38% e da dívida a fornecedores. Com a conjugação dos anteriores contributos foi possível alcançar o confortável Grau de Autonomia Financeira de 47,3%, mais 9,6 p.p. do que em 2008.

NOTAS FINAIS

O encerramento do exercício de 2009 regista uma tendência de recuperação gradual da economia portuguesa, com naturais reflexos no desempenho global das empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal. Desta forma, para o ano de 2010, perspectivam-se sinais positivos em termos de crescimento económico que deverão ser acompanhados por políticas empresariais atentas à realidade circundante, assente nos pilares de sustentação que norteiam a actuação do Grupo.

Importa aqui fazer referência também às várias distinções que galardoaram boas práticas presentes no universo das empresas que compõem o Grupo, assim como novos projectos inovadores, de modo transversal a diferentes áreas.

Emergindo a preocupação ambiental como uma das prioridades do Grupo, a Unidade Fabril de Ovar foi distinguida com o prémio ecológico internacional Global Eco Award, destinado a toda a rede de fábricas Toyota, pela implementação do projecto “Fábrica Sustentável, Zero Resíduos” para prevenir e reduzir a poluição e resíduos. Ainda no âmbito do ambiente, os leitores portugueses da revista Selecções do Reader’s Digest preferiram a marca Toyota como a de maior reputação ambiental na categoria automóvel, reconhecendo-a como “Marca de Confiança – Ambiente 2009”.

Manifestando a tecnologia híbrida o exemplo de mobilidade sustentada, foi celebrada uma parceria entre a Toyota Caetano Portugal e a Galp Energia, para teste real do Plug-in, em Portugal. Este projecto integra-se a nível pan-europeu, com vista à incorporação dos benefícios de um híbrido, ultrapassando assim as limitações actuais de um carro eléctrico.

Paralelamente, a Toyota Caetano Portugal SA obteve a certificação no sistema integrado NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO14001:2004, pela entidade SGS ICS – International Certification Services para as actividades de Importação, Distribuição e Comercialização de Viaturas, Peças, Acessórios e Merchandising, Gestão e Desenvolvimento da Rede de Concessionários e Reparadores Autorizados das Marcas Toyota e Lexus.

Dada a primazia que é dada à satisfação dos clientes como um dos princípios base das empresas do Grupo e das marcas que representa, um dos Concessionários Toyota em Portugal - Caetano Auto (Minho), conquistou o Prémio Europeu de Satisfação de Clientes, o Ichiban, que traduzido de japonês significa “cliente primeiro”.

Como importador, a própria Toyota Caetano Portugal atribui um Prémio de Excelência às várias concessões, tendo sido entregue o do ano de 2009 à Caetano Auto (Centro), fruto da performance global conseguida e atitude de comunicação e marketing.

Na área do Design, o mini-autocarro Toyota Optimo Seven, produzido na Unidade Fabril de Ovar, foi distinguido com um dos mais prestigiados prémios internacionais, o Good Design Award, na categoria de transportes 2009. O design deste modelo, desenvolvido pelo Estúdio de Design Português – Almadesign, foi transposto tecnicamente para a produção industrial em série, com base em métodos inovadores.

Ao nível de I&D, a empresa Caetano Components faz parte de uma parceria multidisciplinar, em conjunto com outras entidades, para a realização do projecto ISEAT – Investigação e Desenvolvimento integrado de componentes para bancos ferroviários, assente em novos materiais e processos, por um período de 2 anos.

Ao elencarem-se os anteriores prémios e projectos, merece ainda referência a assinatura da Carta Anti-Corrupção, pela Toyota Caetano Portugal com a Rede Nacional Global Compact, com iniciativa nas Nações Unidas, com vista a uma cidadania empresarial responsável, cujos valores de ética o Grupo sempre adoptou.

Terminamos este relatório com um especial agradecimento a todas as pessoas que, com o seu empenho e dedicação, permitiram consubstanciar o crescimento do Grupo.

DECLARAÇÃO

Vêm todos os membros do Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Vila Nova de Gaia, 8 de Abril de 2010

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Hiroyuki Ochiai

Andrea Formica

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31-12-2009	IAS/IFRS 31-12-2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Diferenças de consolidação	9	611.997	611.997
Activos intangíveis	6	334.149	509.477
Activos fixos tangíveis	7	93.487.822	100.359.672
Propriedades de investimento	8	16.076.792	17.374.549
Investimentos disponíveis para venda	10	62.136	4.712.757
Activos por impostos diferidos	15	1.798.198	2.559.878
Clientes	12	2.093.425	3.171.348
Total de activos não correntes		<u>114.464.519</u>	<u>129.299.678</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	69.173.277	105.692.852
Clientes	12	62.017.688	72.117.474
Outras dívidas de terceiros	13	13.173.423	16.763.767
Estado e outros entes públicos		127.892	195.871
Outros activos correntes	14	1.713.612	2.916.546
Investimentos disponíveis para venda	10	5.305.021	-
Caixa e equivalentes a caixa	16	25.214.005	15.634.472
Total de activos correntes		<u>176.724.918</u>	<u>213.320.982</u>
Total do activo		<u>291.189.437</u>	<u>342.620.660</u>
CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E INTERESSES MINORITÁRIOS			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor		885.936	231.536
Outras reservas		76.079.493	76.789.014
Resultado consolidado líquido do exercício		10.379.409	1.797.793
	18	<u>134.343.687</u>	<u>125.817.192</u>
Interesses minoritários	19	3.284.681	3.490.459
Total do capital próprio		<u>137.628.368</u>	<u>129.307.651</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	20	250.000	2.000.000
Responsabilidades por pensões	25	-	291.338
Outros empréstimos	20	2.119.358	-
Outras dívidas a terceiros	22	8.880.233	8.979.463
Passivos por impostos diferidos	15	1.578.930	1.717.460
Total de passivos não correntes		<u>12.828.521</u>	<u>12.988.261</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	20	73.387.506	116.407.762
Fornecedores	21	30.611.514	42.264.757
Outras dívidas a terceiros	22	5.728.156	5.820.129
Estado e outros entes públicos	23	14.046.886	15.410.752
Outros passivos correntes	24	14.961.426	18.968.902
Provisões	26	828.133	631.184
Instrumentos derivados	27	1.168.927	821.262
Total de passivos correntes		<u>140.732.548</u>	<u>200.324.748</u>
Total do passivo, capital próprio interesses minoritários		<u>291.189.437</u>	<u>342.620.660</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente
HIROYUKI OCHIAI
ANDREA FORMICA
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>IAS/IFRS 31-12-2009</u>	<u>IAS/IFRS 31-12-2008</u>
Proveitos operacionais:			
Vendas	33	372.200.557	501.492.883
Prestações de serviços	33	26.924.355	33.885.251
Outros proveitos operacionais	34	38.949.037	26.439.542
Total de proveitos operacionais		<u>438.073.949</u>	<u>561.817.676</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	11	303.155.837	419.041.990
Variação da produção	11	3.295.243	(3.292.589)
Fornecimentos e serviços externos		45.320.386	59.175.778
Custos com o pessoal		47.897.001	50.003.086
Amortizações e depreciações	6 e 7	18.510.791	20.374.511
Amortizações de propriedades de investimento	8	1.138.524	1.307.099
Provisões e perdas por imparidade	26	1.030.447	2.988.498
Outros custos operacionais		3.240.310	4.222.058
Total de custos operacionais		<u>423.588.539</u>	<u>553.820.431</u>
Resultados operacionais		14.485.410	7.997.245
Custos financeiros	36	(3.620.389)	(7.190.796)
Proveitos financeiros	36	3.369.006	3.043.994
Resultados antes de impostos		14.234.027	3.850.443
Impostos sobre o rendimento	29	(3.992.468)	(2.284.737)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>10.241.559</u>	<u>1.565.706</u>
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		10.379.409	1.797.793
a interesses minoritários	19	(137.850)	(232.087)
		<u>10.241.559</u>	<u>1.565.706</u>
Resultados por acção:			
Básico	30	<u>0,293</u>	<u>0,045</u>
		<u>0,293</u>	<u>0,045</u>
Diluído	30	<u>0,293</u>	<u>0,045</u>
		<u>0,293</u>	<u>0,045</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente
HIROYUKI OCHIAI
ANDREA FORMICA
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas					Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
		Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas				
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951
Aplicação do resultado consolidado de 2007:										
Transferência para reserva legal	-	540.000	-	-	-	-	540.000	-	(540.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.750.000)	(8.750.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	2.235.897	2.235.897	-	(2.235.897)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(6.564.231)	113.684	(6.450.547)	(445.546)	1.797.793	(5.098.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	231.536	76.789.014	89.019.399	3.490.459	1.797.793	129.307.651
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	231.536	76.789.014	89.019.399	3.490.459	1.797.793	129.307.651
Aplicação do resultado consolidado de 2008:										
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.450.000)	(2.450.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	(652.207)	(652.207)	-	652.207	-
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	654.400	(57.314)	597.086	(205.778)	10.379.409	10.770.717
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente
HIROYUKI OCHIAI
ANDREA FORMICA
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	<u>IAS/IFRS</u> <u>31-12-2009</u>	<u>IAS/IFRS</u> <u>31-12-2008</u>
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses minoritários	10.241.559	1.565.706
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	654.400	(6.564.231)
Outros	(125.242)	(99.775)
Rendimento integral consolidado do período	<u>10.770.717</u>	<u>(5.098.300)</u>
Atribuível a:		
Accionistas da empresa mãe	10.976.495	(4.652.754)
Interesses minoritários	(205.778)	(445.546)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente
HIROYUKI OCHIAI
ANDREA FORMICA
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008	
Recebimentos de Clientes	433.737.918	504.213.167	
Pagamentos a Fornecedores	(321.211.227)	(408.273.539)	
Pagamentos ao Pessoal	(39.358.985)	(43.502.578)	
Fluxo gerado pelas Operações	73.167.706	52.437.050	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	(1.322.638)	(5.709.167)	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	(10.522.648)	(40.015.108)	
Fluxo das Actividades Operacionais	61.322.420	6.712.775	

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2009	2008	
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações Financeiras	-	-	
Imobilizações Corpóreas	11.598.704	14.853.190	
Imobilizações Incorpóreas	99.468	600	
Subsídios de Investimento	2.120.963	-	
Juros e Proveitos Similares	356.807	436.739	
Dividendos	144.915	295.699	15.586.228
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros	-	(1.130.000)	
Imobilizações Corpóreas	(15.259.779)	(16.031.932)	
Imobilizações Incorpóreas	(88.963)	(562.157)	(17.724.089)
Fluxo das Actividades de Investimento	(1.027.885)	(2.137.861)	

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2009	2008	
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos	2.369.358	2.369.358	22.344.242
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos	(45.020.256)	(2.867.102)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(1.743.540)	(326.695)	
Juros e Custos Similares	(3.872.670)	(5.574.202)	
Dividendos	(2.447.894)	(8.767.657)	(17.535.656)
Fluxo das Actividades de Financiamento	(50.715.002)	4.808.586	

CAIXA E EQUIVALENTES	2009	2008
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 16)	15.634.472	4.506.433
Varição do Perímetro (Note 5)		1.744.539
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Note 16)	25.214.005	15.634.472
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	9.579.533	9.383.500

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente
HIROYUKI OCHIAI
ANDREA FORMICA
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua actividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2009, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Carvalhos
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner, S.G.P.S., S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel, S.A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”) ⁽¹⁾	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”) ⁽²⁾	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

⁽¹⁾ Empresa adquirida em 2008 (Nota 5)

⁽²⁾ Empresa que não teve qualquer actividade nos exercícios de 2009 e 2008

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 substitui a IAS 14, redefinindo os segmentos relatáveis e a informação a relatar sobre os mesmos.
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	1-Jul-08	Esta interpretação esclarece que os bónus atribuídos a clientes como parte de uma transacção de venda são registados como uma componente separada da transacção.
REVISÕES:		
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz a obrigatoriedade de capitalização dos custos de empréstimos relacionados com activos que se qualificam para tal.
EMENDAS:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas referem-se à mensuração do custo dos investimentos na adopção inicial das IFRS e ao reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras da empresa-mãe.
IFRS 2 – Pagamento com base em acções (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a definição de condições de atribuição (<i>vesting conditions</i> e <i>non-vesting conditions</i>) e o tratamento de cancelamentos.
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas alargam as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras / IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a classificação e a apresentação de instrumentos financeiros com uma opção <i>put</i> .
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-08	Estas emendas permitem, em condições limitadas, a reclassificação de instrumentos financeiros não derivados das categorias de justo valor por resultados e de disponíveis para venda para outras categorias.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação, aplicável a concessões do tipo público-para-privado, enquadra o operador como prestador de serviços e introduz regras de reconhecimento por parte do operador do rédito de construção e de operação de infraestruturas e sua mensuração.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.
REVISÕES:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.
EMENDAS:		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

(Montantes expressos em Euros)

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Nota 2.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 2.2 c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

(Montantes expressos em Euros)

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação” (Nota 9), e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação registadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2009 e 2008, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2009					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2009	Câmbio Histórico Médio 2009	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2008
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas demonstração da posição financeira excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2008					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2008	Câmbio Histórico Médio 2008	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2007
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas demonstração da posição financeira excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

(Montantes expressos em Euros)

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não

(Montantes expressos em Euros)

cumpram estes critérios são registadas como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

Os activos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respectivo justo valor objecto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes activos se revele inferior ao seu respectivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Amortizações de propriedades de investimento” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros proveitos operacionais” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efectuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), tendo as últimas sido reportadas ao exercício de 2008.

d) Loações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores de imobilizado. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

(Montantes expressos em Euros)

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos como proveito na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de activos, excepto diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efectuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

(Montantes expressos em Euros)

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "activos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos disponíveis para venda

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo Toyota Caetano detinha investimentos classificados nesta categoria que correspondem a acções de entidades cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa) (Nota 10).

(Montantes expressos em Euros)

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos disponíveis para venda” e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efectua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

(Montantes expressos em Euros)

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos.

Estes instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efectuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respectivos contratos, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1

(Montantes expressos em Euros)

de Janeiro de 2008, apenas os actuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os actuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efectua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respectivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias

(Montantes expressos em Euros)

tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Com excepção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano em 31 de Dezembro de cada ano.

As restantes empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 31.

(Montantes expressos em Euros)

t) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existiam activos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e

(Montantes expressos em Euros)

ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro). Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.R.L.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como segue:

	Activos		Passivos	
	Dez-09	Dez-08	Dez-09	Dez-08
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.367.001	6.234.615	416.762	673.218
Libra Esterlina (GBP)	-	755.832	8.580	17.817
Coroa Norueguesa (DKK)	-	590.069	-	-
Coroa Sueca (SEK)	-	24.399	4.275	2.147
Yene Japonês (JPY)	-	-	241.758	966.614
Dolar Americano (USD)	-	-	-	712

ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2009 e 2008, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos disponíveis para venda”. Aquela rubrica é essencialmente composta por acções detidas no Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”) e no Banco BPI, S.A. (“BPI”), as quais foram adquiridas em exercícios anteriores. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Investimentos disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respectivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j)i) para aquele tipo de instrumento financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2009		2008	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
BCP	10%	-	195.105	-	188.172
BPI	10%	-	335.231	-	276.724
BCP	(10%)	(195.105)	-	(207.172)	-
BPI	(10%)	-	(335.231)	-	(304.396)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes factores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efectiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2009		2008	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Contas correntes caucionadas	1 p.p	252.700	-	223.181	-
Descobertos bancários	1 p.p	5.494	-	169.714	-
Papel Comercial	1 p.p	440.000	-	745.434	-
Total		698.194	-	1.138.329	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	(252.700)	-	(223.181)	-
Descobertos bancários	(1 p.p)	(5.494)	-	(169.714)	-
Papel Comercial	(1 p.p)	(440.000)	-	(745.434)	-
Total		(698.194)	-	(1.138.329)	-

(Montantes expressos em Euros)

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura (“swap” de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 27).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 50.542.859 Euros e 102.773.290 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objectivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efectuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2009 era de, aproximadamente, 9.980.000 Euros (9.900.000 em 31 de Dezembro de 2008), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontram-se divulgados na Nota 26.

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-09	Dez-08
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,82%
Caetano Components , S.A.	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, S.A.R.L.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	93,18%	93,18%
Auto Partner, S.G.P.S., S.A.	46,59%	46,59%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	46,59%	46,59%
Auto Partner II- Reparador de Colisão Automóvel, S.A.	46,59%	46,59%
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, não se verificaram quaisquer variações na composição do perímetro de consolidação.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

(Montantes expressos em Euros)

Aquisições

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”) adquiriu, no primeiro semestre de 2008, a filial Movicargo – Movimentação industrial, Lda.. Esta aquisição teve o seguinte impacto na variação do perímetro das demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2008:

	Valor contabilístico	Ajustamentos de justo valor	Total ajustado
Activos líquidos adquiridos			
Activos fixos tangíveis	4.071.014	-	4.071.014
Inventários	1.236.484	-	1.236.484
Outros activos correntes	1.888.389	-	1.888.389
Caixa e equivalentes a caixa	1.744.539	-	1.744.539
Outros passivos	(8.422.423)	-	(8.422.423)
	<u>518.003</u>	<u>-</u>	<u>518.003</u>
Diferenças de consolidação		-	611.997
Interesses minoritários		-	-
Preço de aquisição		<u>-</u>	<u>1.130.000</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			1.130.000
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			<u>(1.744.539)</u>
			<u>(614.539)</u>

Importa ainda salientar que, em virtude da Movicargo ter sido adquirida no final do primeiro semestre de 2008, a sua consolidação consistiu apenas nas respectivas operações a partir de 1 de Julho de 2008. Caso a aquisição efectuada tivesse sido reportada a 1 de Janeiro de 2008, os proveitos operacionais consolidados, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, viriam aumentados em, aproximadamente, 3,47 Milhões de Euros.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2009					
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	13.601	4.003.023	120.525	1.065.053	5.202.202
Adições	-	69.430	17.283	-	86.713
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	27.316	27.502	-	54.818
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	<u>13.601</u>	<u>4.099.769</u>	<u>165.310</u>	<u>1.065.053</u>	<u>5.343.733</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	13.601	3.613.832	239	1.065.053	4.692.725
Amortização do exercício	-	297.994	23.903	-	321.897
Alienações, abates e transferências	-	(5.129)	91	-	(5.038)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	<u>13.601</u>	<u>3.906.697</u>	<u>24.233</u>	<u>1.065.053</u>	<u>5.009.584</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>193.072</u>	<u>141.077</u>	<u>-</u>	<u>334.149</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

2008					
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	3.971.322
Adições	3.336	355.294	58.864	-	417.494
Alienações	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Transferências e abates	(64.592)	860.267	18.911	-	814.586
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	4.003.023	120.525	1.065.053	5.202.202
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	13.601	2.439.300	43.350	1.065.053	3.561.304
Amortização do exercício	-	358.562	239	-	358.801
Alienações, abates e transferências	-	815.970	(43.350)	-	772.620
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	3.613.832	239	1.065.053	4.692.725
Valor líquido	-	389.191	120.286	-	509.477

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2009									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Activo bruto:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	15.420.559	80.081.778	47.641.863	60.027.677	10.690.070	8.290.393	4.276.039	2.565.761	228.994.140
Adições	1.150.991	4.225.153	2.059.548	19.132.284	75.096	12.304	92.177	1.498.855	28.246.408
Alienações e abates	(63.027)	(664.981)	(474.291)	(33.823.018)	(282.354)	(385.449)	(18.014)	(600.000)	(36.311.134)
Transferências	99.593	624.554	49.537	1.672.574	1.886	(44.596)	(163.547)	360.583	2.600.584
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	49.276.657	47.009.517	10.484.698	7.872.652	4.186.655	3.825.199	223.529.998
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	-	49.802.638	36.674.409	21.538.992	10.232.225	7.300.224	3.085.980	-	128.634.468
Amortização do exercício	-	3.813.915	2.448.482	10.994.820	307.672	357.093	266.912	-	18.188.894
Alienações, abates e transferências	-	(373.627)	(432.435)	(14.999.744)	(307.563)	(522.542)	(145.275)	-	(16.781.186)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	-	53.242.926	38.690.456	17.534.068	10.232.334	7.134.775	3.207.617	-	130.042.176
Valor líquido	16.608.116	31.023.578	10.586.201	29.475.449	252.364	737.877	979.038	3.825.199	93.487.822

(Montantes expressos em Euros)

2008

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
Activo bruto:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.711	8.700.770	3.946.505	1.621.521	220.201.376
Adições	27.488	1.310.879	2.323.238	36.343.099	226.147	378.116	214.190	1.149.642	41.972.799
Alienações e abates	-	-	(289.310)	(40.135.364)	(4.471)	(46.452)	(8.232)	(54.500)	(40.538.329)
Variações de perímetro	-	212.186	53.643	8.200.966	36.241	147.534	126.880	54.500	8.831.950
Transferências	(925.759)	(152.308)	(218.675)	920.925	442	(889.575)	(3.304)	(205.402)	(1.473.656)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	15.420.559	80.081.778	47.641.863	60.027.677	10.690.070	8.290.393	4.276.039	2.565.761	228.994.140
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.003	7.599.890	2.707.306	-	117.501.929
Amortização do exercício	-	4.025.969	2.407.277	12.303.332	544.338	429.224	305.570	-	20.015.710
Alienações, abates e transferências	-	(1.140.893)	(341.246)	(11.218.189)	2.657	(849.561)	(96.875)	-	(13.644.107)
Variações de perímetro	-	199.830	19.333	4.220.896	30.227	120.671	169.979	-	4.760.936
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	-	49.802.638	36.674.409	21.538.992	10.232.225	7.300.224	3.085.980	-	128.634.468
Valor líquido	15.420.559	30.279.140	10.967.454	38.488.685	457.845	990.169	1.190.059	2.565.761	100.359.672

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo transferiu o montante bruto de 1.128.415 Euros (e respectivas amortizações no montante de 1.047.595 Euros) do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas.

Em 31 de Dezembro de 2008 as “Variasões de perímetro” incluem o efeito da consolidação da Movicargo.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 2.815.517 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 (2.737.467 Euros em 31 de Dezembro de 2008) (Nota 36). As amortizações do exercício de 2009 das Propriedades de investimento ascenderam a 1.138.524 Euros (1.307.099 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

Adicionalmente, de acordo com avaliações imobiliárias externas, efectuadas por entidades especializadas independentes, com referência a 2008, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 54,3 milhões de Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser detalhado como segue:

Imóvel	Local	Dez-09		Dez-08	
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.005.302	11.000.000	1.337.279	11.000.000
Instalações Fabris	Carregado	5.924.378	26.000.000	6.496.737	26.000.000
Armazem industrial	V.N. Gaia	791.440	5.034.000	978.368	5.034.000
Instalações Comerciais	Vários locais	3.876.398	8.113.000	4.082.891	8.113.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	4.479.274	4.134.000	4.479.274	4.134.000
		16.076.792	54.281.000	17.374.549	54.281.000

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi como segue:

2009			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	9.107.019	29.010.902	38.117.921
Transferências	-	(787.199)	(787.199)
Saldo final	9.107.019	28.223.703	37.330.722

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	20.743.372	20.743.372
Aumentos	-	1.138.524	1.138.524
Transferências	-	(627.966)	(627.966)
Saldo final	-	21.253.930	21.253.930

2008			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	5.513.847	31.475.659	36.989.506
Transferências	3.593.172	(2.464.757)	1.128.415
Saldo final	9.107.019	29.010.902	38.117.921

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	18.388.678	18.388.678
Aumentos	-	1.307.099	1.307.099
Transferências	-	1.047.595	1.047.595
Saldo final	-	20.743.372	20.743.372

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), com referência a 2008.

9. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Diferenças de consolidação”.

O aumento verificado na rubrica “Diferenças de consolidação” no exercício de 2008 diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo (Nota 5).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

10. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como segue:

	Dez-09	Dez-08
Justo valor em 1 de Janeiro	4.712.757	15.259.320
Alienações durante o exercício	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	654.400	(10.553.389)
Outras regularizações	-	6.826
Justo valor em 31 de Dezembro	5.367.157	4.712.757

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 5.305.021 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP e BPI), estando os mesmos registados ao seu justo valor (o custo de aquisição das referidas acções ascendeu a 5.958.067 Euros, encontrando-se constituída uma provisão no montante de 1.469.656 Euros) (Nota 26). É intenção do Conselho de Administração a alienação das referidas acções num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, pelo que se procedeu à classificação como activos correntes no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio e nas perdas de imparidade nos exercícios de 2009 e 2008 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dez-09	Dez-08
Variação no justo valor	654.400	(9.014.406)
Imposto diferido passivo	-	2.450.175
Efeito no capital próprio	654.400	(6.564.231)
Perda de imparidade	-	(1.538.983)
	654.400	(8.103.214)

(Montantes expressos em Euros)

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-09	Dez-08
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	8.454.175	15.457.434
Produtos e Trabalhos em curso	7.229.196	7.489.622
Produtos acabados e Intermédios	3.896.895	6.944.328
Mercadorias	51.975.486	78.870.567
	71.555.752	108.761.951
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 26)	(2.382.475)	(3.069.099)
	69.173.277	105.692.852

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi apurado como segue:

	Dez-09			Dez-08		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários Iniciais	78.870.567	15.457.434	94.328.001	79.847.661	21.524.900	101.372.561
Compras Líquidas	242.535.393	26.722.104	269.257.497	332.325.251	78.435.695	410.760.946
Variação de perímetro	-	-	-	1.236.484	-	1.236.484
Inventários Finais	(51.975.486)	(8.454.175)	(60.429.661)	(78.870.567)	(15.457.434)	(94.328.001)
Total	269.430.474	33.725.363	303.155.837	334.538.829	84.503.161	419.041.990

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-09	Dez-08
Inventários finais	11.126.091	14.433.950
Variação de perímetro	-	-
Regularização de existências	12.616	(6.868)
Inventários iniciais	(14.433.950)	(11.134.493)
Total	(3.295.243)	3.292.589

(Montantes expressos em Euros)

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-09	Dez-08	Dez-09	Dez-08
Cientes, conta corrente	63.616.495	72.952.972	2.093.425	3.921.348
Cientes, letras a receber	19.576	36.233	-	-
Cientes cobrança duvidosa	11.432.098	10.886.643	-	-
	75.068.169	83.875.848	2.093.425	3.921.348
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	(13.050.481)	(11.758.374)	-	(750.000)
	62.017.688	72.117.474	2.093.425	3.171.348

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros) (2.796.974 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2009

	2009				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	38.268.380	4.291.102	1.464.260	8.953.502	52.977.244
Funcionários	161.609	35.618	39.826	2.021.939	2.258.992
Concessionários Independentes	5.624.857	418.843	25.449	181.272	6.250.421
Frotistas	316.803	102.378	56.066	126.492	601.739
Total	44.371.649	4.847.941	1.585.601	11.283.205	62.088.396

2008

	2008				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	50.248.590	3.391.670	272.031	11.096.015	65.008.306
Funcionários	15.381	813	-	2.771.265	2.787.459
Concessionários Independentes	7.051.559	261.659	911	9.205	7.323.334
Frotistas	459.779	95.405	99.612	12.286	667.082
Total	57.775.309	3.749.547	372.554	13.888.771	75.786.181

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

		2009				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes		-	-	-	3.641.100	3.641.100
Clientes Cob. Duvidosa		-	-	-	11.432.098	11.432.098
	Total	-	-	-	15.073.198	15.073.198

		2008				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes		-	-	-	1.124.374	1.124.374
Clientes Cob. Duvidosa		9.196	-	45.272	10.832.173	10.886.641
	Total	9.196	-	45.272	11.956.547	12.011.015

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de demonstração da posição financeira. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-09	Dez-08
Adiantamentos a fornecedores	42.292	22.447
Outros devedores	13.131.131	16.741.320
	13.173.423	16.763.767

A rubrica "Outros devedores" inclui o montante de, aproximadamente, 9,9 Milhões de Euros (11,7 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008) que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel tendo sido facturados no presente exercício, aproximadamente, 12,9 Milhões de Euros, sendo que o montante por receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o montante de, aproximadamente, 2 Milhões de Euros a receber da empresa relacionada Auto Partner III, SGPS, S.A.. Este montante encontra-se a vencer juros a taxas de mercado e não tem um plano de reembolso definido.

(Montantes expressos em Euros)

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-09	Dez-08
Acréscimos de proveitos		
Rendas	329.969	113.814
Reclamações de garantia	172.136	820.932
Comparticipação em frotas e campanhas	120.016	389.821
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	102.784	163.823
Bónus de fornecedores	81.259	24.763
Juros a receber	51.528	10.959
Subsídios à formação	-	115.195
Seguros	-	57.316
Outros	301.585	177.666
	1.159.277	1.874.289
Custos diferidos		
Seguros	229.337	209.689
Juros liquidados	120.196	335.082
Custos oficiais	75.624	184.521
Garantias bancárias	54.814	57.164
Outros	74.364	255.801
	554.335	1.042.257
Total	1.713.612	2.916.546

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

15. IMPOSTOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, podem ser resumidos como segue:

2009				
	<u>Dez-08</u>	<u>Impacto em resultados (Nota 29)</u>	<u>Impacto em capitais próprios</u>	<u>Dez-09</u>
<u>Impostos diferidos activos:</u>				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.721.709	(669.979)	-	1.051.730
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607	-	-	133.607
Anulação de imobilizações	331.845	(25.875)	-	305.970
Anulação de custos diferidos	158.528	(98.530)	-	59.998
Valorização de instrumentos derivados	214.189	32.704	-	246.893
	<u>2.559.878</u>	<u>(761.680)</u>	<u>-</u>	<u>1.798.198</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.127.243)	69.130	-	(1.058.113)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(547.436)	63.288	-	(484.148)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(42.781)	6.112	-	(36.669)
	<u>(1.717.460)</u>	<u>138.530</u>	<u>-</u>	<u>(1.578.930)</u>
Efeito líquido		<u>(623.150)</u>	<u>-</u>	

2008				
	<u>Dez-07</u>	<u>Impacto em resultados (Nota 29)</u>	<u>Impacto em capitais próprios</u>	<u>Dez-08</u>
<u>Impostos diferidos activos:</u>				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.708.978	12.731	-	1.721.709
Prejuízos fiscais reportáveis	381.011	(247.404)	-	133.607
Anulação de imobilizações	349.570	(17.725)	-	331.845
Anulação de custos diferidos	132.151	26.377	-	158.528
Valorização de instrumentos derivados	(3.446)	217.635	-	214.189
	<u>2.568.264</u>	<u>(8.386)</u>	<u>-</u>	<u>2.559.878</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.287.684)	160.441	-	(1.127.243)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(617.980)	70.544	-	(547.436)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(19.551)	19.551	-	-
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(48.893)	6.113	-	(42.781)
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(2.450.175)	-	2.450.174	-
	<u>(4.424.283)</u>	<u>256.649</u>	<u>2.450.174</u>	<u>(1.717.460)</u>
Efeito líquido		<u>248.263</u>	<u>2.450.174</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2009, e com base nas últimas declarações fiscais entregues, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis eram como segue:

Com limite de data de utilização:	Dez-09		Dez-08		Data limite de utilização
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	
<u>Gerados em 2004:</u>					
- Caetano Components, S.A.	328.442	98.880	373.132	98.880	2010
<u>Gerados em 2005</u>					
- Auto Partner SGPS SA	69.055	-	69.055	-	2011
- Caetano Components, S.A.	315.793	34.727	315.793	34.727	2011
- Auto Partner II, SA	481.169	-	481.169	-	2011
<u>Gerados em 2006</u>					
- Auto Partner SGPS SA	2.059	-	2.059	-	2012
- Auto Partner II, SA	388.237	-	388.237	-	2012
<u>Gerados em 2007</u>					
- Auto Partner SGPS SA	63.772	-	63.772	-	2013
- Auto Partner CA, SA	219.604	-	219.604	-	2013
- Auto Partner II, SA	1.100.930	-	1.100.930	-	2013
<u>Gerados em 2008</u>					
- Auto Partner SGPS SA	70.511	-	-	-	2014
- Auto Partner II, SA	121.526	-	-	-	2014
- Auto Partner CA, SA	343.145	-	-	-	2014
	<u>3.504.243</u>	<u>133.607</u>	<u>3.013.751</u>	<u>133.607</u>	

Numa óptica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procederam e/ou desreconheceram no exercício de 2009 os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos correntes e diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	31.12.2009	31.12.2008
Portugal	26,5%/25%	26,5%/25%
Cabo Verde	25,0%	30,0%
Reino Unido	30,0%	30,0%

Com excepção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 63º e 64º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo desde 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por

(Montantes expressos em Euros)

parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-09	Dez-08
Numerário	270.497	171.991
Depósitos bancários	24.906.861	15.451.558
Equivalentes a Caixa	36.647	10.923
	25.214.005	15.634.472

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de Dezembro de 2009 no montante de, aproximadamente, 170,6 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A	60,00%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

18. CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Abril de 2009, foi pago um dividendo de 0,07 Euros por acção (dividendo total de 2.450.000 Euros). Em 11 de Abril de 2008, o dividendo pago foi de 0,25 Euros por acção (dividendo total de 8.750.000 Euros).

Em relação ao exercício de 2009, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,15 Euros por acção. Esta proposta está sujeita a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e não foi incluída como responsabilidade nas demonstrações financeiras. O montante total estimado de dividendos ascende a 5.250.000 Euros. O pagamento deste dividendo não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

(Montantes expressos em Euros)

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

19. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi como segue:

	Dez-09	Dez-08
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.490.459	3.936.005
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(137.850)	(232.087)
Outros	(67.928)	(213.459)
Saldo final em 31 de Dezembro	3.284.681	3.490.459

20. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe da rubrica “Empréstimos” era como segue:

	Dez-09			Dez-08		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	72.838.146	250.000	73.088.146	98.808.979	2.000.000	100.808.979
Descobertos bancários	549.360	-	549.360	17.598.783	-	17.598.783
Outros empréstimos	-	2.119.358	2.119.358	-	-	-
	73.387.506	2.369.358	75.756.864	116.407.762	2.000.000	118.407.762

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como segue:

2009				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	2.119.358	2.119.358	30-01-2009	6 anos
Linha de Crédito PME Investe III:				
Caetano Components	250.000	250.000	24-04-2009	5 anos
	<u>2.369.358</u>	<u>2.369.358</u>		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	25.270.000	55.850.000		
Descobertos bancários	549.360	15.850.000		
Facturas descontadas em regime de "Confirming"	3.568.146	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	6.800.000	05-06-2008	3 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	20.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	4.000.000	4.000.000	29-02-2008	2 anos
	<u>73.387.506</u>	<u>168.200.000</u>		
	<u>75.756.864</u>	<u>170.569.358</u>		

2008				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Papel Comercial:				
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	22.318.057	50.850.000		
Descobertos bancários	17.598.783	24.250.000		
Facturas descontadas em regime de "Confirming"	4.990.922	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	6.800.000	6.800.000	05-06-2008	3 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	20.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	4.000.000	4.000.000	30-08-2007	4 anos
	<u>116.407.762</u>	<u>171.600.000</u>		
	<u>118.407.762</u>	<u>173.600.000</u>		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 0,95% e 2,125%.

Com o encerramento do projecto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

(Montantes expressos em Euros)

Dez-09	Taxa de juro média efectiva	2010	2011	2012	2013 e seguintes	Total
<u>Subsídio reembolsável</u>						
Amortização		-	210.612	545.356	1.363.390	2.119.358
Juros	0%	-	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>210.612</u>	<u>545.356</u>	<u>1.363.390</u>	<u>2.119.358</u>

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-09	Dez-08	Dez-09	Dez-08
Accionistas	48.650	46.544	-	1.237.338
Adiantamentos de Clientes	704.223	905.430	-	-
Fornecedores de Imobilizado	2.699.009	2.200.624	8.308.619	7.725.677
Outros credores	2.276.274	2.667.531	571.614	16.448
	<u>5.728.156</u>	<u>5.820.129</u>	<u>8.880.233</u>	<u>8.979.463</u>

A rubrica "Fornecedores de imobilizado" (Corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Curto prazo	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			2011	2012	2013	> 2013		
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	123.548	125.566	127.616	77.236	-	330.418	453.966
	Juros	6.618	4.601	2.551	547		7.699	14.317
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	87.859	79.923	90.082	91.214	800.795	1.062.014	1.149.873
	Juros	13.871	12.767	11.648	10.516	41.609	76.540	90.411
559769	Instalações comerciais							
	Capital	55.414	56.101	56.796	57.501	987.427	1.157.825	1.213.239
	Juros	14.647	13.960	13.264	12.560	96.175	135.959	150.606
626064	Instalações comerciais							
	Capital	125.781	130.200	134.797	139.557	1.846.838	2.251.392	2.377.173
	Juros	80.616	76.176	71.579	66.819	368.013	582.587	663.203
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	1.431.341	1.299.706	976.860	796.317	434.087	3.506.970	4.938.311
	Juros	47.387	31.712	19.101	9.541	2.466	62.820	110.207
	Total de Capital	1.823.943	1.691.496	1.386.151	1.161.825	4.069.147	8.308.619	10.132.562
	Total de Juros	163.139	139.216	118.143	99.983	508.263	865.605	1.028.744

(Montantes expressos em Euros)

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” pode ser detalhada como segue:

	Dez-09	Dez-08
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	310.457	402.354
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.980.742	9.091.189
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 29)	3.369.318	2.533.000
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(1.760.238)	(2.446.109)
Imposto Automóvel	2.439.866	4.097.522
Direitos aduaneiros	771.895	715.470
Contribuições para a Segurança Social	752.904	811.033
Outros	181.942	206.293
	14.046.886	15.410.752

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-09	Dez-08
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.196.156	6.193.747
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	1.689.093	1.523.709
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	693.073	1.911.710
Campanhas publicitárias e promoção vendas	587.151	1.638.084
Rendas	553.621	637.500
Comissões a liquidar	336.932	359.841
Custos "extracare" com garantias "Optimo"	253.470	242.450
Seguros a liquidar	238.477	211.063
Royalties	53.010	191.241
Juros a liquidar	28.785	133.295
Reclamações de garantia	-	257.891
Outros	2.996.181	4.351.746
	13.625.949	17.652.277
Proveitos diferidos		
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	868.426	228.000
Juros debitados a clientes	161.479	264.615
Rappel	8.008	35.834
Outros	297.564	788.176
	1.335.477	1.316.625
Total	14.961.426	18.968.902

(Montantes expressos em Euros)

25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2009, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a totalidade dos trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi recepcionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o Grupo Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo (registadas na Demonstração dos resultados em “Custos com o pessoal”), tendo no exercício de 2009 essa contribuição ascendido a 60 milhares de Euros (812 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2009 a, aproximadamente, 28,9 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes ao Grupo Toyota Caetano ascendem em 31 de Dezembro de 2009 a, aproximadamente, 29 milhões de Euros. As responsabilidades do Fundo encontram-se totalmente cobertas pela situação patrimonial do Fundo.

Face à clarificação do pedido de alteração do Plano de Benefícios existente em 31 de Dezembro de 2007 e correspondente aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, entendeu o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal voltar a adoptar a Tábua de Mortalidade TV 73/77 no cálculo actuarial das responsabilidades com aquele Plano, ao invés de utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90, conforme procedimento adoptado em anos anteriores. As principais razões que estiveram na base desta decisão são:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

- a informação reportada pela Entidade gestora do Fundo de Pensões e que procede aos cálculos actuariais, de que a Tábua de Mortalidade TV 73/77 tem uma aderência adequada ao universo de beneficiários dos Complementos de Reforma; e
- o facto de a alteração aprovada pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal ter “interrompido” o aumento do universo de beneficiários, sendo o universo actual composto por reformados, ex-funcionários da Empresa com “Pensões diferidas” e actuais funcionários e quadros do Grupo com idade superior a 50 anos.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2009 pode ser resumido como segue:

Responsabilidades em 1 Janeiro 2009	28.358.503

Custo dos serviços correntes	283.926
Custo dos juros	1.373.169
(Ganhos) e perdas actuariais	772.852
Pagamentos de Pensões	(1.752.690)

Responsabilidades em 31 Dezembro 2009	29.035.762
	=====

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2009, foi como segue:

Rúbrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2008	28.067.165	6.628.540	34.695.705
Contribuições	60.110	443.467	503.577
Retorno real dos activos do plano	2.572.706	569.978	3.142.684
Pagamentos de Pensões	(1.752.690)	-	(1.752.690)
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2009	28.947.291	7.641.985	36.589.276

26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Rubricas	2009				
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 10)	1.540.978	-	(69.327)	-	1.471.651
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.508.374	513.027	(34.493)	63.573	13.050.481
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	3.069.099	115.720	(599.245)	(203.099)	2.382.475
Provisões	631.184	911.995	(143.951)	(571.095)	828.133

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2008				Total
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.995	1.538.983	-	-	1.540.978
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	12.132.789	436.535	(219.378)	158.428	12.508.374
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	2.581.290	1.012.980	(537.879)	12.708	3.069.099
Provisões	2.127.902	571.095	-	(2.067.813)	631.184

Dos aumentos de provisões ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 510.295 Euros foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados "Custos com o pessoal", tendo o restante sido registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados "Provisões e perdas por imparidade".

A coluna "Outras regularizações" da rubrica "Provisões" diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2009, em função da performance atingida no exercício de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

Descrição	Dez-09	Dez-08
Gratificações aos colaboradores	510.295	571.095
Provisões para garantias	127.748	-
Contingências fiscais	190.090	60.089
	<u>828.133</u>	<u>631.184</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2009 respeitam a "swaps" de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor em 31 de Dezembro de 2009 era negativo em 1.168.927 Euros, e compreende uma exposição total de 42 Milhões de Euros, pelo prazo de 2 anos, a contar desde 21 de Outubro de 2008.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

28. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-09	Dez-08
por letras descontadas	-	8.705
por créditos abertos	38.220	37.123
por fianças prestadas	15.370.792	18.305.574
	15.409.012	18.351.402

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 relativos a “Fianças Prestadas”, (i) o montante de 8.500.000 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Inventários alvo de importação, (ii) o montante de 2.500.000 Euros refere-se a garantia prestada a favor da entidade Contrac GmbH e (iii) o montante de 2.244.921 Euros (2.000.000 GBP) refere-se a garantia prestada a favor da entidade relacionada S.C. UK, Ltd.

29. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são detalhados como segue:

	Dez-09	Dez-08
Imposto corrente (Nota 23)	3.369.318	2.533.000
Imposto diferido (Nota 15)	623.150	(248.263)
	3.992.468	2.284.737

A reconciliação do resultado antes de imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

	Dez-09	Dez-08
Resultados antes de impostos	14.234.027	3.850.443
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	3.772.017	1.020.367
Provisões não aceites como custo fiscal	(669.979)	12.731
Prejuizos fiscais reportáveis	-	(247.404)
Anulação de imobilizações	(25.875)	(17.725)
Anulação de custos diferidos	(98.530)	26.377
Valorização de instrumentos derivados	32.704	217.635
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	69.130	160.441
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienação de imobilizações	63.288	70.544
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	-	19.551
Mais-valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	6.112	6.113
Tributações autónomas	409.091	515.039
Outros	434.510	501.068
	3.992.468	2.284.737

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-09	Dez-08
Resultado básico	10.241.559	1.565.706
Resultado diluído	10.241.559	1.565.706
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	0,293	0,045
	0,293	0,045

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não ocorreram quaisquer alterações ao número de acções.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A principal informação relativa aos segmentos de negócios existentes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	2009								ELIMINAÇÕES	CONSO-LIDADO					
	NACIONAL										EXTERNO				
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Outros			Veículos Automóveis		Equipamento Industrial		
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer				Indústria	Comércio	Máqui-nas	Servi-ços	Aluguer
RÉDITOS															
Volume de negócios	40.881.687	446.089.501	36.391.501	5.264.096	12.012.423	3.044.159	10.585.666	-	8.891.743	24.668.344	270.356	6.489	105.419	(175.711.009)	412.500.375
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(4.140.900)	9.896.732	5.238.002	(193.169)	(169.554)	1.765.807	168.518	103.371	(1.174.870)	1.162.952	17.298	5.378	(15.094)	1.820.939	14.485.410
Resultados financeiros	(226.778)	(1.385.523)	(77.777)	(96.039)	(48.080)	(19.372)	(553.828)	74.414	(53.157)	(20.315)	(1.493)	(38)	(659)	2.157.262	(251.383)
Resultados em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados líquidos com interesses minoritários	(4.273.417)	4.854.553	4.987.044	440.590	126.022	1.474.266	363.622	180.744	(1.228.027)	851.345	13.342	4.507	(15.753)	2.462.721	10.241.559
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Activos	52.570.875	185.414.413	24.126.872	13.444.037	16.708.767	10.630.416	57.381.659	37.623.716	-	9.915.967	-	-	-	(116.627.285)	291.189.437
Passivos	26.285.691	108.528.876	11.389.521	12.260.645	8.052.018	5.268.818	33.104.598	13.744.464	-	520.984	-	-	-	(65.594.546)	153.561.069
Investimentos em Associadas (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dispersões de capital fixo (2)	2.374.603	13.585.283	77.202	(5.410.135)	(2.770.739)	8.428	4.016.631	93	-	102.148	-	-	-	(519.901)	11.463.613
Depreciações (3)	4.083.537	9.079.517	1.138.994	2.910.670	426.220	10.177	2.083.472	93	-	190.197	-	-	-	(1.412.086)	18.510.791

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorpóreo) + (Amortizações do Exercício)

(3) Do Exercício

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

2008

	NACIONAL								EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSO-LIDADO
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Outros	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial				
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		
RÉDITOS															
Volume de negócios	54.493.185	544.043.408	42.441.581	5.025.960	15.931.558	2.781.092	6.591.793	-	50.292.518	32.746.860	114.350	14.559	98.494	(215.394.975)	539.180.383
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(1.041.968)	9.066.983	(96.089)	(66.729)	560.336	1.587.297	932.101	(1.698.303)	(3.091.662)	2.820.843	7.925	11.615	23.290	(1.018.394)	7.997.245
Resultados financeiros	(553.610)	(3.467.683)	157.594	(640.999)	(227.201)	(32.902)	(519.245)	322.005	(583.893)	(162.351)	(1.748)	(176)	(1.182)	1.564.589	(4.146.802)
Resultados em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados líquidos com interesses minoritários	(1.620.187)	5.785.517	(898.870)	(1.417.841)	276.682	1.394.129	1.031.294	(1.364.083)	(3.675.555)	1.984.861	5.540	10.260	19.828	34.131	1.565.706
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Activos	65.299.784	217.563.513	29.606.842	16.995.613	25.138.166	13.079.567	66.215.588	37.723.710	-	9.614.279	-	-	-	(138.616.402)	342.620.660
Passivos	39.295.676	143.856.322	16.220.909	18.001.572	16.638.212	7.849.380	41.134.574	14.679.601	-	787.941	-	-	-	(85.151.178)	213.313.009
Investimentos em Associadas (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dispendios de capital fixo (2)	4.130.798	11.550.958	99.223	895.616	4.323.825	7.752	3.220.279	(402)	-	45.346	-	-	-	(5.527.204)	18.746.191
Depreciações (3)	3.630.014	9.221.964	1.431.834	5.050.626	1.249.845	8.940	2.282.592	198	-	170.004	-	-	-	(2.671.506)	20.374.511

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorpóreo) + (Amortizações do Exercício)

(3) Do Exercício

32. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Toyota Caetano foi o seguinte:

Pessoal	Dez-09	Dez-08
Empregados	1.106	1.352
Assalariados	837	758
	1.943	2.110

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foi como segue:

Mercado	Dez-09		Dez-08	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	374.172.902	93,75%	466.682.348	87,17%
Alemanha	4.378	0,00%	10	0,00%
Reino Unido	1.494	0,00%	290.061	0,05%
Espanha	225.180	0,05%	381.696	0,07%
Palop's	14.602.419	3,66%	11.984.544	2,24%
Outros Mercados	10.118.539	2,54%	56.039.475	10,47%
	399.124.912	100,00%	535.378.134	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-09		Dez-08	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	310.946.223	77,91%	435.952.731	81,43%
Peças	56.538.168	14,17%	58.777.527	10,98%
Reparações	26.924.356	6,75%	22.191.650	4,15%
Outros	4.716.165	1,18%	18.456.226	3,44%
	399.124.912	100,00%	535.378.134	100,00%

34. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros proveitos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros proveitos operacionais	Dez-09	Dez-08
Aluguer de equipamento	8.340.565	3.799.477
Recuperação de garantias (Toyota)	5.281.884	4.410.949
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	3.396.111	4.802.361
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	2.890.882	2.873.034
Serviços prestados	2.767.186	1.777.835
Mais-valias na alienação de imobilizado corpóreo	2.499.205	2.801.782
Subsídios à exploração	1.863.824	928.124
Recuperação de despesas de transporte	659.888	824.651
Recuperação de liquidações fiscais (Nota 38)	-	205.754
Outros	11.249.492	4.015.575
Total	38.949.037	26.439.542

A rubrica "Outros" inclui em 31 de Dezembro de 2009 o montante de 3.862.549 Euros correspondente à anulação de acréscimos de custos registados em exercícios anteriores para fazer face ao impacto de alterações de pressupostos actuariais no cálculo das responsabilidades associadas ao Fundo de Pensões Salvador Caetano, os quais, face à clarificação entretanto obtida da entidade especializada independente que procede aos cálculos actuariais (Nota 25), não se estimam como necessários.

(Montantes expressos em Euros)

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os compromissos assumidos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 com contratos de locação operacional são como seguem:

Pagamentos mínimos de locação operacional:	Dez-09	Dez-08
Não mais de um ano	2.501.386	2.742.929
Mais de um ano e não mais de cinco	8.834.471	11.102.118
Mais de cinco	-	-
	11.335.857	13.845.047

36. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez-09	Dez-08
Juros suportados	3.496.908	6.369.533
Outros custos e perdas financeiros	123.481	821.263
Resultados financeiros	(251.383)	(4.146.802)
	3.369.006	3.043.994

Proveitos e Ganhos	Dez-09	Dez-08
Juros obtidos	553.489	306.527
Rendimentos de imóveis (Nota 8)	2.815.517	2.737.467
	3.369.006	3.043.994

(Montantes expressos em Euros)

37. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como segue:

Empresas Relacionadas	Produtos		Imobilizado	Serviços		Prov Supl	Juros		Outros	
	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	(325.332)	70.810	86.758	(11.773)	7.614	(7.789)	-	-	(101.783)	-
ALBITIN- CIMFT, LDA	(777)	357.111	-	(327)	2.138	(1.885)	-	-	(549)	-
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, SA	(9.361)	70.390	186.386	(12.974)	(104)	(6.068)	-	-	(36.611)	-
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	-	-	-	(8.553)	-	-	-	-
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	(21.918)	142.542	-	(184.294)	7.122	(520.364)	-	-	-	-
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(10.431)	503.941	-	15.188	(373)	-	-	-	-	-
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(81.332)	390.790	917.422	(38.581)	82.549	(5.758)	-	-	(26.265)	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(4.905.483)	405.668	-	(106.275)	171.692	(354.955)	(192.997)	-	-	164.008
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	(195.362)	48.680	-	(5.465)	216.332	(95.974)	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	(39.844)	25.383	-	(20.339)	511.705	(980.732)	-	-	-	54.508
CAETANO COLISÃO(SUL), SA	(10.459)	331.311	-	-	-	(53.171)	-	-	-	-
CAETANO FORMULA (NORTE),SA	-	54.051	29.740	-	(52)	(34.016)	-	-	-	-
CAETANO MOTORS (NORTE), SA	-	-	-	-	-	(1.280)	-	-	-	-
CAETANO POWER (PORTO), SA	-	71.207	-	-	-	(1.500)	-	-	-	-
CAETANO SPAIN, SA	(103.345)	-	-	(1.500)	16.162	-	-	-	-	-
CAETANO UK LIMITED	-	-	-	-	11.741	-	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	(3.152.640)	79.748	-	(188.274)	430.607	(2.577.840)	-	-	-	3.116
CAETSU PUBLICIDADE,SA	(2.452)	22.062	-	(1.098)	4.197.822	(301.345)	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	-	-	-	395.136	-	-	-	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(58)	-	-	(2.732)	-	(455)	-	-	-	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	(61.754)	175.986	-	(21.565)	8.616	(50.960)	-	-	-	-
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(1.280)	10.500	-	(10.024)	(6.946)	(27.724)	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	113.036	-	-	-	-	-
CHOICE CAR , SA	(149)	29.583	-	(64)	-	(7.207)	-	-	-	-
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	-	62.109	113.306	(3.067)	(228)	(7.520)	(66.000)	(82)	(2.801)	-
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	(96.427)	-	1.071.187	(40.294)	169.314	(11.128)	-	-	-	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(1.013)	6.197	-	-	51.675	84.746	-	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	(27.564)	8	-	(194)	91.419	(99.131)	(0)	-	(358.247)	9.169
DIUORE - DECORAÇÃO, SA	(172)	-	-	(74)	6.585	-	(49.129)	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	(364)	-	-	(156)	54.950	(13.789)	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	(12.750)	190.657	-	(67.810)	(48)	(20.786)	-	-	(26.422)	-
FERTOTA,SA	-	21.600	-	-	-	-	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	-	91.651	-	-	-	-	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	(3.868.162)	2.929.090	-	(107.046)	1.111.787	(111.765)	(10.705)	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA	(2.649)	68.995	3.325	(1.135)	32.178	(675)	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	-	-	-	-	1.766	(612)	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	(176.755)	-	-	(1.031.938)	3.798	(791.782)	-	-	-	-
INTERSTORIL PARTICIPAÇÕES ,SA	-	-	-	-	-	(32.131)	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	(11.639)	29.799	-	(4.285)	16.927	(36.555)	-	-	-	-
ISLAND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	-	-	-	-	280	-	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	(49.367)	212.107	-	(11.025)	202.264	(10.188)	-	-	(1.241)	12.934
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	(366)	1.956	-	(157)	-	-	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	14	215.154	-	-	(6.828)	-	-	-	-	-
NOVO MAR - SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	(630)	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	(299.210)	-	-	(1.466)	81.217	(2.652)	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	(110)	-	310.899	(47)	96.415	(671)	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	(6.180)	56.472	-	(145.377)	4.150.876	(222.187)	-	-	-	8.124
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	-	-	-	20.928	-	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(207.677)	56.751	-	-	12.801	(3.048)	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	-	-	-	(10.376)	-	(228)	-	-	-	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	(734)	-	-	(259)	-	(422)	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	-	-	-	-	25.146	-	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	-	2.452	-	-	-	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	(123.421)	232.629	-	(49.776)	(13.820)	(3.659)	-	-	-	-
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	-	-	-	-	-	(612)	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(42.842)	-	-	(11.450)	(228)	(1.643)	-	-	-	-
VIA COMERCIAL AUTOMOVILES,SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	(33.468)	7.643	-	(17.100)	207.076	-	-	-	-	-
(13.882.833)	6.975.033	2.719.023	(2.080.328)	12.464.970	(6.322.006)	(318.831)	(82)	(553.919)	251.961	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

Empresas Relacionadas	Dividas Comerciais		Empréstimos		Outras Dividas	
	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	5.191	539	-	-	-	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	818.477	(211.371)	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEICULOS E EQUIPAMENTOS, SA	88.344	(285.511)	-	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	55.000	(11.521)	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	185.521	(1.548.695)	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	956.212	(34.464)	-	-	-	-
CAETANO SPAIN, SA	147.763	-	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	1.124.374	-	-	-	-	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(89.775)	(59.305)	-	-	-	-
CAETANO UK LIMITED	3.143	(3.544)	-	-	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	15.467	(9.688)	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	1.219.218	7.204	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE,SA	2.314	(957.448)	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	37.944	(24.884)	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	1.272.690	(863.050)	-	-	-	-
CHOICE CAR, SA	1.706	-	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	1.674.916	(297.024)	-	-	-	-
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES, SA	779	(1.597)	-	-	-	-
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	61.240	(48.466)	-	-	-	-
INTERESTORIL PARTICIPAÇÕES, SA	25.577	-	-	-	-	-
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(18.371)	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	30.824	(7.121)	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	8.680	(134.499)	-	-	-	-
AUTO PARTNER III, SGPS	-	(235.237)	2.132.795	(1.203.143)	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	196.720	(511.592)	-	-	-	-
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	510.082	(12.450)	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	-	(39.252)	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	(3.769)	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	21.769	715	-	-	-	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	16.443	(8.681)	-	-	-	-
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	14.671	-	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	499	(42.029)	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	378.258	(80.146)	-	-	-	-
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	242.862	(321.661)	-	-	-	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	20	(225.248)	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	48.753	-	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	7.238	(714)	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, SA	17.249	(237.405)	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	6.818	(65.856)	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	59.164	(180.304)	-	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	5.467	(32.460)	-	-	-	-
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	3.855.446	(33.116)	-	-	-	-
ISLAND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	-	-	-	-	-	-
CAETANO FORMULA (NORTE),SA	15.785	(103.949)	-	-	-	-
CAETANO POWER (PORTO), SA	(42)	(21.869)	-	-	-	-
CAETANO COLISÃO(SUL), SA	76.356	(397.841)	-	-	-	-
CAETANO MOTORS (NORTE), SA	103	-	-	-	-	-
ALBITIN- CIMFT, LDA	786	(72.345)	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA	-	(28.923)	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	7.619	-	-	-	-	-
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	204.590	(708.744)	-	-	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	42.705	(6.219)	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	995	(397.014)	-	-	-	-
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	(12.720)	-	-	-	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	1.645	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	-	(25.146)	-	-	-	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA Total	734	-	-	-	-	-
	13.356.200	(8.290.651)	2.132.795	(1.203.143)	-	-

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foi efectuada a preços de mercado. Existe uma perda de imparidade registada em exercícios anteriores relativa a contas a receber de entidades relacionadas, referente à S.C. Moçambique, num montante de 750.000 Euros (Nota 12).

(Montantes expressos em Euros)

38. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1997, 1998 e 1999, continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações.

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa se encontra a elaborar contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios de 2009 e 2008 foram como segue:

Orgãos Sociais	31.12.2009	31.12.2008
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	1.122.415	979.615
Remuneração variável	220.160	282.347

(Montantes expressos em Euros)

40. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2009.

41. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Abril de 2010. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2009, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente

HIROYUKI OCHIAI

ANDREA FORMICA

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES